

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

INSTITUTIONAL ANALYSIS IN SOCIAL WORK INTERNSHIPS: SPECIFICITIES IN THE HEALTH FIELD

Amanda Caroline da Fé Pereira¹
Rodriane de Oliveira Souza²

Resumo:

O artigo tem por objetivo analisar os principais elementos para uma análise institucional, especialmente no contexto do estágio em Serviço Social na saúde. Trata-se de um estudo, realizado a partir de pesquisa bibliográfica, com estudos que abordam os conceitos fundamentais da análise institucional e discute sua relevância para a formação crítica da categoria de assistentes sociais. O campo da saúde, por ser marcado por práticas institucionais normativas e relações de poder, oferece um ambiente fértil para o exercício da análise institucional, permitindo que os discentes reconheçam contradições e promovam práticas que favoreçam a garantia de direitos. Evidencia-se que o estágio supervisionado em saúde é um espaço privilegiado para a observação e compreensão dos processos institucionais, pois permite que o futuro profissional amplie sua capacidade de intervenção, rompendo com práticas burocráticas e fortalecendo estratégias de transformação social. Conclui-se que, ao identificar e analisar os elementos institucionais, o/a estudante tenha condições de desenvolver uma postura reflexiva e propositiva, fundamental para a promoção de um serviço social comprometido com a justiça social e o direito à saúde.

Palavras-chave: Análise Institucional; Estágio; Serviço Social; Saúde.

Abstract:

The article aims to analyze the main elements for an institutional analysis, especially in the context of field education (internship) in Social Work within the health sector. It is a study based on bibliographic research, drawing on works that address the fundamental

¹ Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assistente Social da Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Rio De Janeiro/ EBSERH. E-mail: amandadafe2009@hotmail.com.

² Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail:rodriane.o.souza@gmail.com

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

concepts of institutional analysis and discussing their relevance for the critical education of the social work profession. The healthcare field, characterized by normative institutional practices and power relations, offers a fertile environment for institutional analysis, allowing students to recognize contradictions and promote practices that favor the guarantee of rights. It is evident that supervised internships in healthcare are a privileged space for observing and understanding institutional processes, as they allow future professionals to expand their capacity for intervention, breaking with bureaucratic practices and strengthening strategies for social transformation. The conclusion is that by identifying and analyzing institutional elements, students are able to develop a reflective and proactive stance, essential for promoting social work committed to social justice and the right to health.

Keywords: Institutional Analysis; Internship; Social Work.

Introdução

O debate sobre o processo de análise institucional chega ao Brasil no final da década de 1970 e início da década de 1980, principalmente por meio do campo da Educação e da Saúde Coletiva. A análise institucional, conforme desenvolvida por Lourau (1995) - precursor do conceito com base na psicanálise - permite que o/a assistente social desvende os "não-ditos" institucionais, processos invisíveis que, muitas vezes, reforçam práticas burocráticas e alienantes. Diferente de abordagens que se limitam à análise estrutural e normativa, o autor propõe um olhar crítico e dialético que reconhece as instituições como fenômenos sociais em constante transformação, atravessados por contradições e conflitos (L'ABBATE, 2013).

No contexto das políticas sociais, as instituições frequentemente funcionam como instrumentos de controle das classes subalternas, garantindo a manutenção do status quo. Por isso, ao adotar a análise institucional, o/a assistente social amplia sua capacidade de interpretar as contradições presentes nas práticas institucionais e questionar os mecanismos que reforçam desigualdades de classe, gênero, raça e outras formas de opressão.

Nesse prisma, o estágio supervisionado se configura como momento privilegiado para se conceber a unidade entre teoria e prática, possibilitando que o corpo discente exercite uma leitura crítica das instituições nas quais se insere. Compreender o processo de análise institucional durante essa etapa formativa é fundamental para que o/a futuro/a assistente social

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

desenvolva uma postura investigativa diante das normativas institucionais, evitando a naturalização das rotinas e das relações hierárquicas estabelecidas.

Assim, este artigo objetiva debater o processo de análise institucional, evidenciando suas contribuições para o campo das Ciências Sociais, em especial para as áreas da Saúde Coletiva e da Educação. Por meio da compreensão das instituições como espaços de disputa e resistência, propõe-se refletir sobre os desafios que envolvem a intervenção crítica nas práticas institucionais, e a importância de se aproximar dessa perspectiva na fase de estágio.

Delimita-se como objeto deste artigo a potencialidade da análise institucional enquanto ferramenta pedagógica crítica no âmbito da formação e trabalho profissional em Serviço Social, sobretudo no que se refere à realização do estágio supervisionado. A partir dessa delimitação, busca-se refletir sobre como a inserção desse referencial no processo formativo pode fortalecer a compreensão das instituições como espaços contraditórios e tensionados, ampliando a capacidade de intervenção profissional e fortalecendo o compromisso com os princípios do projeto ético-político da profissão.

Desse modo, o presente artigo fundamenta-se em abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, estruturada a partir de dois procedimentos metodológicos articulados: a pesquisa bibliográfica e a sistematização reflexiva de experiência docente. A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante levantamento e análise de produções clássicas e contemporâneas do Serviço Social e das Ciências Sociais, selecionadas a partir de bases indexadas à plataforma Scielo, com ênfase em estudos que abordam formação profissional, estágio supervisionado, trabalho em saúde e análise institucional. Esse movimento permitiu a construção do referencial teórico que orientou a leitura crítica da experiência pedagógica.

Conjuntamente, procedeu-se à sistematização de uma prática desenvolvida no âmbito do estágio docente supervisionado em uma universidade pública do estado do Rio de Janeiro. A experiência analisada corresponde a uma aula cujo eixo central foi a utilização da análise institucional como instrumento formativo, articulando os fundamentos teóricos trabalhados em sala com as vivências concretas dos/as estudantes em seus campos de estágio.

O processo metodológico envolveu o registro sistemático das atividades realizadas, das problematizações levantadas pelos/as discentes e das mediações teórico-práticas construídas coletivamente, os quais foram posteriormente submetidos à análise crítica à luz do referencial adotado. Assim, a escolha metodológica não se restringe à descrição de uma prática pedagógica,

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

mas constitui exercício de reflexão teórico-crítica que busca apreender suas potencialidades e limites como estratégia de formação profissional comprometida no campo do Serviço Social.

1. Serviço Social, formação profissional e estágio: Sobrecargas neoliberais e resistência crítica

O Serviço Social constitui-se como profissão enraizada na divisão sociotécnica do trabalho, refletindo as dinâmicas contraditórias do capitalismo. Como descreve Iamamoto e Carvalho (2007), sua atuação tensiona constantemente as contradições entre capital e trabalho, simultaneamente produzindo respostas às necessidades da classe trabalhadora e reproduzindo mecanismos de dominação.

A profissão emerge e se desenvolve em resposta às necessidades de mediação e gestão dos conflitos sociais, inerentes à lógica de acumulação capitalista e à consequente desigualdade social. Desse modo, os/as assistentes sociais atuam na linha de frente, lidando diretamente com as expressões da questão social, encontrando-se, de modo frequente, no epicentro do embate entre capital e trabalho.

O trabalho do Serviço Social é, portanto, permeado por uma constante negociação de interesses, polarizado pelo antagonismo das classes sociais, em que o/a profissional deve estar atento/a às transformações sociais e econômicas, mantendo um compromisso ético-político com a promoção da justiça social e a emancipação dos sujeitos. Assim, a profissão

Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75).

A reestruturação produtiva, marcada pela precarização e pela flexibilização do trabalho, reflete-se diretamente no trabalho profissional, exigindo uma constante atualização e uma postura crítica frente às políticas sociais implementadas. Desse modo, a formação profissional deve se manter atualizada em conformidade com o projeto ético político da profissão, tendo como âncora as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social aprovada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em 1996, que reflete às

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

demandas por um profissional capaz de responder as complexidades de um mundo em constante mudança.

Tais Diretrizes emergem com o intuito de fomentar uma formação generalista, não apenas assentada em fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, mas sobretudo comprometida com a realidade concreta da classe trabalhadora e com a transformação social (BARROCO, 2020). A qualidade da formação, nesse sentido, é uma condição estratégica para a consolidação do projeto ético-político da profissão. Dessa forma, o estágio supervisionado pode ser compreendido enquanto lócus privilegiado para esse desvelamento histórico-social emergir nas práticas pedagógicas.

Portanto, o trabalho profissional requer uma reflexão crítica sobre os modos de produção e reprodução da vida social, uma análise que vá além da superfície para questionar as estruturas subjacentes que perpetuam a desigualdade. A formação acadêmica, neste contexto, é mais do que um meio de transmitir conhecimento: constitui um espaço de disputa ideológica (NETTO, 2011; IAMAMOTO, 2012). A luta por direitos sociais e por condições de trabalho dignas é intrínseca à formação em Serviço Social, especialmente diante da expansão desordenada dos cursos no Brasil a partir dos anos 2000, marcada pela privatização do ensino, pela adoção do modelo de Ensino a Distância (EaD) e pela lógica de mercado da educação superior (CASTRO; SIRELLI, 2021).

Seguida pela precarização do ensino superior e pela reestruturação produtiva neoliberal, a referida expansão enfraqueceu a qualidade formativa e fragilizou as condições de realização dos estágios. No contexto da contrarreforma do Estado e da crise na educação pública, os estágios passaram a sofrer riscos significativos de instrumentalização. Adicionalmente, tem-se destacado que a formação, cada vez mais alinhada à lógica de mercado, desafia a construção de saberes ético-políticos e a constituição de sujeitos críticos (ELIAS; ALVES, 2022).

É nesse processo dialético que o/a estudante em estágio, imerso nas contradições inerentes ao sistema capitalista, desenvolve uma postura investigativa, essencial para a atuação crítica e comprometida com os princípios da profissão. Desse modo, Andrade (2018) destaca a necessidade de práticas docentes voltadas ao estágio como espaço de formação crítica e cidadã, capaz de tensionar os imperativos de mercado.

Segundo Iamamoto (1992), o/a estudante vivencia as contradições do sistema capitalista e desenvolve uma postura investigativa essencial à atuação profissional consciente. Ao revelar

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

os pactos institucionais, silenciamentos e resistências presentes no estágio, essa abordagem convida o/a estudante a movimentar-se entre o instituído e o instituidor (LOURAU, 1995), um movimento estratégico para romper com a formação ancorada unicamente no mercado e reafirmar o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Tal compreensão é fundamental para que, no futuro, não se limite a uma atuação tecnicista, mas consiga mobilizar a classe trabalhadora, promovendo participação social crítica e processos emancipatórios. A análise institucional, nesse contexto, se apresenta como um recurso formativo estratégico para ampliar a consciência crítica do/a estagiário/a e fortalecer a intencionalidade transformadora do trabalho profissional.

Assim, torna-se imprescindível compreender que, ao atuar nas instituições, os/as assistentes sociais não apenas executam políticas, mas participam ativamente de sua (re)construção, tensionando seus sentidos e disputando seus rumos. No próximo item, aprofundaremos essa reflexão discutindo os tipos de instâncias institucionais e as diversas formas que essas organizações assumem na dinâmica da sociedade capitalista, destacando os mecanismos que as atravessam e as potencialidades para práticas instituintes comprometidas com a transformação social.

2. Teia organizacional: A interconexão das instâncias institucionais

As instituições, sejam elas públicas ou privadas, são permeadas por instâncias macrossociais que definem seu funcionamento e entendimento organizacional. Essas instâncias superiores influenciam não apenas as políticas e procedimentos internos, mas também a maneira como essas instituições são percebidas e interagem com a sociedade em geral (BISNETO, 2011).

A instância econômica, por exemplo, é fundamental para entender as dinâmicas de produção e circulação de bens e serviços, refletindo as transformações da natureza e dos objetos materiais. Ela abrange desde a troca de mercadorias até as nuances das finanças, sendo o epicentro da produção dentro das instituições.

Por outro lado, a instância política é o alicerce da organização social, estabelecendo as normas e leis que regem as relações humanas tanto nas instituições quanto na sociedade em geral. O planejamento do trabalho, os marcos regulatórios e a estrutura do Estado são

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

componentes dessa instância, que determina como os indivíduos se organizam e se relacionam entre si.

A instância ideológica, por sua vez, é o domínio das ideias e da significação, onde se formam as representações sociais e individuais. Cultura, ideologia e linguagem são elementos-chave dessa instância, pois conferem sentido à existência humana e influenciam a maneira como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor.

Nesse sentido, as instituições são vistas como entidades dinâmicas e mutáveis, cuja existência e evolução são diretamente influenciadas pelas ações cotidianas dos indivíduos que as compõem. Assim, a instituição não é apenas um local físico ou um conjunto de normas, mas um espaço vivo de relações sociais, onde cada sujeito desempenha um papel estratégico (FRANCISCO, 2021). O objeto institucional é constantemente negociado e redefinido através da apropriação e desapropriação.

Nesse prisma, salienta-se que a instituição é posta em funcionamento a partir da participação de sujeitos sociais que possuem uma posição estratégica de mando e de saber. Dentre os sujeitos partícipes do processo, tem-se os “agentes internos” e a “clientela”, ou seja, a população usuária, sujeitos fundamentais no funcionamento institucional. Os agentes internos, são vistos como os executores diretos das ações que definem a instituição, operando dentro de um quadro de unidade determinada. Essa operação não é isolada, mas interdependente, dos sujeitos concretos (individuais ou coletivos) impactados pela ação institucional. A população, por sua vez, participa ativamente, influenciando e sendo influenciada pela instituição, num processo contínuo de construção e reconstrução social (FRANCISCO, 2021).

Distinguir se o assistente social é agente privilegiado ou subordinado em seu trabalho é importante para a análise de sua prática: possibilidades, autonomia, estratégias, competência etc. No entanto, por falta de disseminação das teorias institucionalistas em Serviço Social, essa contradição da atuação fica velada e distorce as análises em campos que ele é subordinado[...] (BISNETO, 2011, p. 93).

Os agentes privilegiados, detentores de maior autonomia, são capazes de influenciar significativamente o objeto institucional, moldando-o de acordo com suas visões e interesses. Por outro lado, os agentes subordinados, possuem uma menor autonomia em relação ao objeto institucional. Apesar de não estarem diretamente ligados à ação institucional, desempenham um papel vital na manutenção e no funcionamento da instituição, garantindo que as operações do dia a dia sejam realizadas de forma eficiente (FRANCISCO, 2021). O diálogo entre esses

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

diferentes agentes cria uma rede de relações que é fundamental para a sustentabilidade da instituição.

As dinâmicas internas das instituições, embora muitas vezes legitimadas como administrativas, estão atravessadas por disputas políticas, ideológicas e econômicas, que incidem diretamente sobre as formas de controle, organização do trabalho e definição de prioridades. É nesse contexto que a burocracia se apresenta como um elemento central: ao mesmo tempo em que pretende ordenar e padronizar processos, ela também pode reforçar práticas de controle e esvaziamento da participação crítica que reflete o modo de produção capitalista e tem sido frequentemente utilizada enquanto aparato através do qual o poder se exerce e se mantém.

No interior das instituições, a burocracia atua como engrenagem que racionaliza e naturaliza os processos de trabalho, retirando deles seu conteúdo político. Marx (2013) já identificava na burocracia uma forma de fetichismo estatal, um mecanismo que oculta as verdadeiras relações sociais de exploração, convertendo contradições em procedimentos, e conflitos em fluxos administrativos. Assim, a burocracia transforma o exercício do poder em rotina institucional.

Essa dinâmica é particularmente visível no cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais onde atuam os/as assistentes sociais. Segundo Oliveira e Sampaio (2014), os instrumentos burocráticos se tornam, nesse contexto, mecanismos de dominação e alienação, mascarando as relações sociais sob uma aparência de normalidade. Isso faz com que a ação profissional seja capturada por uma lógica de preenchimento de formulários, cumprimento de metas e seguimento de protocolos que desconsideram a singularidade dos sujeitos e as contradições da realidade concreta.

Desse modo, Iamamoto (2012) enfatiza que o Serviço Social, ao se inserir nesse aparelho burocrático, deve exercer uma crítica radical à lógica do capital, sob pena de ser cooptado por ela. A burocratização da política social, intensificada pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal, reforça o caráter seletivo, focalizado e meritocrático dos serviços públicos, afetando diretamente o cotidiano profissional.

Nesta dinâmica de tensionamentos entre a burocracia institucional e os projetos profissionais críticos, emerge a necessidade de uma ferramenta teórico-metodológica capaz de desvelar as múltiplas determinações que conformam o cotidiano institucional. A análise

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

institucional, nesse sentido, se apresenta como um dispositivo estratégico para apreender as dinâmicas de poder, os jogos de força e os mecanismos de subjetivação que atravessam as práticas organizacionais e profissionais.

Para o Serviço Social, especialmente no campo da saúde, tal abordagem permite visibilizar as contradições entre o prescrito e o vivido, tornando-se fundamental no processo formativo dos/as estudantes em estágio supervisionado. No próximo item, serão discutidos os aportes da análise institucional enquanto ferramenta crítica no contexto do estágio em saúde, ressaltando seu potencial para ampliar a compreensão dos espaços sócio-ocupacionais e qualificar a intervenção profissional.

3. Análise institucional no processo de estágio na saúde

Compreender a unidade de trabalho na qual o/a assistente social e o/a estudante estagiário/a estão inseridos/as implica situá-la dentro das determinações históricas e estruturais da sociedade capitalista. Tal apreensão é condição necessária para uma análise concreta das condições de trabalho e dos serviços ofertados à classe trabalhadora. Na área da saúde, o resgate histórico de uma unidade de saúde é fundamental para entender as transformações sociais e econômicas que influenciaram sua criação e desenvolvimento, revelando as relações de poder e as lutas de classe que moldaram os serviços de saúde ao longo do tempo.

Nas palavras de Yamamoto e Carvalho (2007), é na mediação entre a particularidade da instituição e a totalidade social que se configura o exercício profissional do/a assistente social, permitindo a análise crítica das expressões da questão social materializadas na política social. Assim, o resgate histórico de uma instituição se torna imprescindível, pois permite desvelar os interesses de diferentes vertentes do capital, e a influência de políticas macroeconômicas neoliberais sobre a conformação e reestruturação dos serviços de saúde.

Nesse sentido, reconhecer a natureza jurídica da unidade - pública, privada ou filantrópica - e a forma de sua inserção no sistema de saúde não se resume a uma formalidade administrativa. Trata-se de identificar como os diferentes projetos societários se materializam nas práticas institucionais e determinam os padrões de acesso e qualidade da atenção à saúde. Nas instituições públicas, sobretudo na esfera municipal, a proximidade com o território

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

explicita contradições que vão desde práticas clientelistas até formas precarizadas e privatizantes de gestão.

Conforme assevera Netto (2011), as políticas públicas no capitalismo dependente, como no caso brasileiro, operam frequentemente no limite entre a reprodução da força de trabalho e os interesses do capital, tornando o Estado um gestor que opera sob lógica mercantil. Desse modo, entender a gestão da unidade de saúde, por sua vez, revela quem detém o controle dos recursos e dos processos decisórios, o que é crucial para compreender como os interesses se manifestam na organização dos serviços de saúde.

A análise da gestão da unidade de saúde, nesse quadro, revela não apenas sua estrutura organizacional, mas também a correlação de forças entre os sujeitos que disputam os rumos do serviço: usuários, trabalhadores, gestores e agentes políticos. Tal análise permite compreender como os interesses de classe são operacionalizados no cotidiano institucional, e como se reproduzem as desigualdades estruturais através da seletividade e focalização das políticas sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Acerca do entendimento da forma de ingresso dos/as trabalhadores/as na unidade de saúde, tem-se que tal análise expõe as dinâmicas de emprego e as condições laborais que estão intrinsecamente ligadas à estrutura socioeconômica mais ampla. Seja através de concurso público, seleção pública ou indicação, pois cada método de ingresso tem implicações distintas para a relativa autonomia profissional, a estabilidade no emprego e a qualidade dos serviços prestados.

Dessa forma, conhecer o vínculo de trabalho dos profissionais permite uma visão crítica das estruturas hierárquicas e das condições laborais, refletindo sobre a divisão de trabalho e a valorização de cada função. Ao identificar o número total de trabalhadores e os cargos existentes, pode-se mapear a distribuição de recursos humanos e a adequação destes aos serviços prestados. Torna-se possível compreender como o capital opera para racionalizar o trabalho, reduzir custos e aumentar a produtividade, ainda que isso signifique a intensificação da precarização, da rotatividade e da sobrecarga (ANTUNES, 2009).

A partir dessa leitura, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, é convocado a responder de forma crítica às demandas institucionais, sem perder de vista seu compromisso com a emancipação humana. Conhecer a história e a

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

lógica de funcionamento da instituição é também conhecer os sujeitos que a compõem e os interesses que representam.

A disputa de concepções de mundo se materializa nas práticas institucionais e revela os conflitos entre o instituído e o instituinte (LOURAU, 1995). Elas refletem a luta de classes inerente às instituições e à sociedade como um todo. Os/As assistentes sociais, inseridos nesse cenário, devem navegar entre as demandas da população usuária e as expectativas dos técnicos e da gerência, que podem estar mais alinhados com os objetivos da instituição e da ordem capitalista ou dos interesses da população usuária. Nesse sentido, a análise institucional, enquanto instrumento teórico-metodológico, permite desnaturalizar os processos organizativos e reposicionar a ação profissional como estratégia de resistência e transformação. Dessa forma, entende-se que algumas requisições institucionais não serão constituídas enquanto demandas profissionais (FRANCISCO, 2021).

Nesse sentido, a construção de projetos de intervenção e a formulação de propostas de avaliação do serviço requerem uma análise crítica dessas relações de poder. Os/As profissionais devem estar atentos para não reproduzirem as estruturas de dominação em suas práticas, buscando, ao invés disso, fortalecer a consciência de classe entre os usuários e trabalhadores. Nesse processo, é necessário que o assistente social reconheça, valorize e mobilize os saberes populares e a organização coletiva dos usuários como potência para a construção de estratégias contra-hegemônicas.

O enfrentamento das requisições que contradizem o projeto profissional não se dá apenas pela recusa, mas pela construção de projetos que visem o fortalecimento da classe trabalhadora. A proposta de intervenção, nesse contexto, se articula a um projeto societário que ultrapassa os muros da instituição e propõe uma práxis engajada na luta de classes (IAMAMOTO, 2009).

Nesse prisma, a compreensão das dinâmicas políticas e profissionais são mais do que condições fundamentais para a construção de processos teleológicos; são atos de resistência contra as forças que buscam manter o status quo. Por conseguinte, apreender sobre as condições de trabalho é essencial para avaliar a qualidade do ambiente laboral dos profissionais, aspecto que influencia diretamente na prestação de serviços à comunidade.

A qualidade de um emprego não está só no valor do salário e no bem estar físico (tamanho da sala, tapetes, ar-condicionado), mas na possibilidade de se ter uma prática

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

profissional não alienada. E análise da prática não se faz apenas pelas aparências (BISNETO, 2011, p. 116).

Desse modo, para entender as possibilidades e limitações da instituição, incluindo a capacidade de atendimento e a adequação das instalações às necessidades dos usuários, é preciso conhecer a estrutura física da unidade de saúde, pois este mapeamento contribui para a formação de um diagnóstico institucional que orientará as ações do/a assistente social, permitindo uma intervenção mais assertiva e alinhada às demandas específicas dos sujeitos atendidos na unidade, bem como permite entender como essa unidade se articula com as políticas públicas de saúde e como ela contribui para a concretização dos princípios do SUS, como universalidade, integralidade e equidade.

Nessa perspectiva, a estrutura física da unidade, sua abrangência territorial, o perfil epidemiológico e socioeconômico da população atendida, as barreiras geográficas e organizacionais devem compor o diagnóstico institucional como ponto de partida para a intervenção crítica e comprometida. É a partir da materialidade concreta do território que se organiza a política de saúde, e é no cotidiano dos serviços que se expressam as disputas por orçamento, prioridade e atenção (PAIM, 2009). A territorialização, nesse sentido, não é apenas um instrumento de gestão, mas uma ferramenta política para o fortalecimento da participação social.

A territorialização permite uma compreensão mais aprofundada das necessidades específicas de cada população, considerando a determinação social em saúde e as particularidades intrínsecas a cada localidade. A atenção primária à saúde, por exemplo, deve ser baseada na realidade local e considerar os sujeitos em sua singularidade, complexidade, e inserção sociocultural.

Seguindo a análise, tem-se que o processo de conhecimento sobre o público-alvo de uma instituição e sua faixa etária possibilita ao profissional se situar no contexto das demandas específicas de um determinado grupo, permitindo uma atuação mais direcionada e consciente das realidades sociais que permeiam a saúde, bem como ter acesso ao quantitativo de usuários atendidos e a média de vagas oferecidas pode desvelar a demanda pelos serviços de saúde e a capacidade de resposta da unidade, aspectos cruciais para a gestão e a garantia do acesso aos direitos sociais em saúde. Desse modo, é vital para a elaboração de estratégias que promovam a equidade no acesso aos serviços de saúde, apreender as formas de acesso e das dificuldades encontradas pela população usuária, sejam barreiras geográficas ou organizacionais.

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

Nesse contexto, a compreensão das dinâmicas institucionais e a promoção de estratégias que visam a melhoria dos serviços oferecidos à população são fundamentais para o fortalecimento do controle social e para a efetivação dos direitos sociais. A identificação e o fomento da organização coletiva da população usuária dos serviços são passos cruciais para a construção de uma consciência de classe que transcenda as barreiras individuais e se manifeste em ações coletivas transformadoras.

O Serviço Social, nesse cenário, pode assumir um papel de catalisador, incentivando a auto-organização e a participação ativa na luta por direitos. A capacidade de influência da população usuária nas decisões institucionais não apenas reflete o nível de controle social interno das instituições, mas também é um indicativo da efetividade das políticas públicas em atender às demandas da comunidade.

Assim, o trabalho profissional deve ser pautado pelo estímulo a participação social e pela garantia de que as vozes da população sejam ouvidas e consideradas nas tomadas de decisão. Conforme Netto (1996), a atuação profissional do/a assistente social adquire caráter verdadeiramente transformador apenas quando está conscientemente situada na luta de classes, superando as limitações impostas pela lógica funcionalista das instituições.

Nesse processo, é essencial que o Serviço Social mantenha um diálogo constante com a população usuária, compreendendo suas necessidades, expectativas e aspirações. Através de uma prática reflexiva e crítica, os profissionais do serviço social podem identificar as potencialidades e desafios presentes no contexto institucional e comunitário, promovendo ações que visem a conquista de direitos. É através da participação e mobilização social que a população pode exercer seu poder de influência e contribuir para a construção de políticas públicas que reflitam suas reais necessidades e interesses.

Por fim, é importante ressaltar que a capacidade de influência da população usuária não se limita ao âmbito institucional, mas se projeta para além dos muros da unidade de saúde, alcançando a esfera política mais ampla, onde são tomadas decisões estruturais que afetam diretamente as condições de vida da classe trabalhadora. A participação ativa da população na construção das políticas públicas, no monitoramento dos serviços, e na exigibilidade dos direitos sociais representa uma das expressões mais concretas da luta por democratização do Estado e do enfrentamento à lógica da mercantilização da saúde.

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

A compreensão dos elementos institucionais supracitados no processo de estágio supervisionado, portanto, possibilita ao estudante apreender de maneira crítica e dialética as múltiplas determinações que atravessam o trabalho profissional. Tal apreensão não se esgota na observação superficial da rotina institucional, mas exige uma imersão na totalidade das relações sociais que estruturam o cotidiano do trabalho em saúde, permitindo aproximações sucessivas da realidade concreta. Esse movimento contribui não apenas para o processo formativo, mas também para a constituição de uma postura profissional que reconhece a historicidade da profissão e sua vinculação orgânica aos interesses da classe trabalhadora.

A leitura institucional crítica, proporciona ao discente, a unidade entre a teoria e prática, desnaturalizar as formas instituídas de dominação e construir estratégias de intervenção alinhadas aos interesses históricos dos usuários dos serviços públicos. Ao compreender a instituição como espaço de disputa e contradição, o estágio se transforma em campo fértil para a construção de uma práxis comprometida com a transformação social e com a radicalização democrática das políticas públicas.

Considerações Finais

As análises tecidas ao longo deste artigo evidenciam a potencialidade da análise institucional como importante recurso metodológico no campo do Serviço Social, especialmente quando aplicada ao contexto das instituições de saúde. Essa perspectiva, comprometida com os interesses da classe trabalhadora, permite o desvelamento das contradições imanentes às práticas institucionais, possibilitando a construção de mediações que superam o tecnicismo e a fragmentação do trabalho profissional. Sua aplicação no processo de estágio supervisionado contribui para que o/a discente compreenda os mecanismos institucionais não como meras estruturas administrativas, mas como expressões da sociabilidade capitalista, perpassadas por relações de poder, dominação e resistência.

As instituições de saúde, enquanto espaços de materialização das políticas sociais, podem reproduzir, sob a lógica do capital, as desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. O processo de burocratização - sustentado por normas, protocolos e fluxos institucionalizados - não é neutro, mas um instrumento de gestão do trabalho e do acesso aos direitos, muitas vezes mais voltado à manutenção da ordem do que à garantia de justiça social. A análise institucional, ao propor uma leitura crítica desses dispositivos, permite reconhecer as

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

forças instituintes que emergem nos interstícios da rigidez organizacional, abrindo espaço para práticas emancipatórias.

Nesse sentido, compreender as dinâmicas institucionais e os dispositivos que regulam as ações nos serviços de saúde significa também reconhecer os limites postos pela lógica do capitalismo. A identificação dos conflitos, das resistências e das potencialidades nas relações entre profissionais, população usuária e gestores contribui para que o estágio supervisionado ultrapasse o campo da aplicação instrumental de conhecimentos e se torne um espaço de produção de saberes e de formação crítica. A construção de estratégias interventivas que considera as contradições institucionais permite ao/à estudante e ao/à profissional situar-se politicamente no interior da instituição, reafirmando o compromisso com a defesa intransigente dos direitos sociais.

Ao promover o reconhecimento da realidade institucional como campo de disputa, a análise contribui para o fortalecimento das lutas sociais e da atuação profissional que se pauta pela autonomia, pela emancipação e pelo enfrentamento às desigualdades. Assim, ao desvelar as determinações históricas, políticas e ideológicas que atravessam as instituições de saúde, a análise institucional oferece ao/à estagiário/a uma base concreta para a construção de projetos de intervenção alinhados à perspectiva da totalidade. Trata-se de um instrumento que não apenas revela as tensões e os limites do cotidiano institucional, mas que também alimenta as possibilidades de resistência e de reinvenção do trabalho profissional.

Portanto, as reflexões aqui apresentadas apontam para a importância da análise institucional como parte do repertório que articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social. Sua incorporação no processo de estágio, especialmente no campo da saúde, contribui para a construção de uma práxis crítica, ética e politicamente comprometida com a classe trabalhadora.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANDRADE, C. F. Práticas docentes críticas no estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e perspectivas. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 560-570, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

BARROCO, L. R. Formação profissional em tempos de contrarreforma: entre a crítica e o conformismo. **Temporalis**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 74-88, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/temporalis>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

BISNETO, J. A. **Serviço Social e Saúde Mental: Uma análise institucional da prática**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, M. M. C.; SIRELLI, P. M.; FERNANDES, R. B. Política de educação e pandemia: desafios para a formação profissional em serviço social e resistências da Abepss. **Em Pauta: Teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p.74 - 86, maio/ago. 2023. Disponível em:< <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/75916/46406>> Acesso em: 10 set. 2025.

ELIAS, M.; ALVES, E. Desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto brasileiro da pandemia da covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, n. 144, p. 71–90, maio 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rd9LSdk5sw3QyGgKFwBgf9y/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FRANCISCO, E. M. V. Análise institucional: instrumento necessário ao trabalho profissional. In: OLIVEIRA, E. A.; DUARTE, M. J. O.; CASTRO, M. M. C. (Org.) **Serviço social, políticas e sujeitos sociais**. Juiz de Fora (MG): Editora UFJF, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13830>>. Acesso em: 22 set. 2025.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação teórico-metodológica**. São Paulo. Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. São Paulo. Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS (Org.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. Formação profissional e prática do assistente social. In: **CFESS. Documentos Básicos do Serviço Social**. Brasília: CFESS, 1992, p. 85-94.

L'ABBATE, S. A análise institucional e a saúde coletiva: implicações para o trabalho em saúde e para a produção do conhecimento. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 95-110, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/VbLqM64cWpJP7qHM7VjBf7s/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 26 ago. 2025.

ANÁLISE INSTITUCIONAL NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: PARTICULARIDADES DO CAMPO DA SAÚDE

LOURAU, R. **A análise institucional**. 2.ed. rev. Tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis (RJ): Vozes: 1995. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/295026526/LOURAU-R-a-Analise-Institucional>>. Acesso em: 10 jan.2025.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, R.; SAMPAIO, S. S. Análise Institucional ontem e hoje: Indicações pertinentes ao fazer profissional. **Sociedade em Debate**, v. 20, n. 2, p. p. 119-144, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/968>>. Acesso em: 22 set. 2025.

PAIM, Jairnilson Silva. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.